

política

Governo do RS diz que vai analisar redução de ICMS

Secretaria da Fazenda estuda qual será o impacto na arrecadação

/ CONTAS PÚBLICAS

Bolívar Cavalari

bolivar@jcrs.com.br

O governo do Rio Grande do Sul afirmou, em nota à reportagem, que “analisa e debate” a possibilidade de reduzir a alíquota de ICMS de itens da cesta básica. A manifestação do Piratini ocorre após um pedido do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), para que governadores diminuam ou retirem a cobrança do imposto sobre estes produtos, com o objetivo de que a medida anunciada pelo Planalto de zerar os tributos de importação de alimentos surta maior efeito no bolso da população.

Apesar de o Piratini dizer que estuda desenvolver uma proposta de redução da alíquota do imposto na cesta básica, o comunicado encaminhado citou o programa Devolve ICMS, vigente no Estado, como uma forma de compensar a tributação famílias de baixa renda - até três salários-mínimos - e inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), através de um “cashback”. Na nota, o Piratini argumentou: “a regressividade do imposto significa que o atual sistema tributário não distingue a capacidade econômica e financeira das pessoas, incidindo a mesma carga tributária para todas as faixas de renda, seja classe alta ou baixa”.

Ainda no comunicado, o governo explicou que são repassados, por trimestre, R\$ 100,00 às famílias, através de uma parcela fixa, e mais um valor variável, que pode chegar aos R\$ 269,00 em três meses nos casos em que as pessoas incluem seus CPFs nas notas fiscais das compras. O governador Eduardo Leite (PSDB) afirmou, em vídeo publicado nas redes sociais, que os repasses do programa equivalem a “zerar” o imposto para itens da cesta básica às famílias de baixa renda.

Hoje, a alíquota modal - cobrada na maioria dos produtos - de ICMS no RS é de 17%. No âmbito dos alimentos, há no RS a isenção do imposto em hortifrutigranjeiros, leites pasteurizados (tipo A, B e C), ovos e no pão francês, além de um índice menor, de 7%, para diversos itens, como açúcar, arroz, café, carnes, feijão, farinha de trigo.



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Ao comentar apelo federal, Piratini citou programa que já pratica no RS

O apelo do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é para que os estados retirem ou reduzam a cobrança de ICMS de todos os produtos da cesta básica. Em consonância com o executivo federal, a bancada do PT-PCdoB na Assembleia Legislativa do RS encaminhou ao Piratini, na sexta-feira, um documento reforçando o pedido.

Um dos argumentos apresentados no ofício é que as medidas federais para tornar os alimentos mais baratos, como a retirada de alíquotas de importação de nove produtos, “terão maior eficácia em um ambiente de colaboração onde os governos dos estados reduzam ou retirem a carga do ICMS dos produtos da cesta básica, colaborando no esforço de redução dos preços a população”.

Outra questão levantada pela bancada é que a cesta básica de Porto Alegre desponta como uma das de maior preço entre as capitais brasileiras. Em levantamento divulgado ontem pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre o mês de fevereiro, a capital gaúcha aparece em 6ª posição, com a cesta a R\$ 769,74, e diminuição de 0,12% em relação ao mês anterior.

Alguns governadores já anunciaram que vão atender ao apelo do governo Lula e retirar a cobrança do imposto sobre os itens da cesta básica. É o caso do chefe do executivo de São Paulo, Tarcísio de Freitas (REP), que publicou vídeo nas redes sociais em que disse estar “fazendo o dever de casa” ao adotar a medida.

A preocupação quanto ao

impacto fiscal em zerar as alíquotas se dá porque o ICMS é o principal tributo dos estados brasileiros. Questionada pela reportagem, a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) disse ainda estar realizando estudos sobre qual seria o impacto arrecadatório aos cofres do Rio Grande do Sul no caso de o Estado aderir à proposta de zerar a alíquota dos itens da cesta básica.

Em 2024, o Rio Grande do Sul registrou queda na arrecadação do tributo nos meses de maio e junho, em razão da catástrofe climática que atingiu o Estado no ano passado. A recuperação no recolhimento, entretanto, veio logo em seguida: julho e agosto foram de recordes arrecadatórios consecutivos, em valores nominais - quando não é calculada a correção pela inflação.

Nos meses posteriores às marcas recordes, os resultados da arrecadação estadual se mantiveram positivos, apesar dos danos econômicos e de infraestrutura causados pelas cheias, em relação aos registros do mesmo período há um ano. Em fevereiro de 2025, o Rio Grande do Sul arrecadou mais de R\$ 4 bilhões em ICMS pela primeira vez, tendo o terceiro melhor resultado para o mês, em valores reais - quando o aporte é corrigido pela inflação -, dos últimos dez anos.

No ano passado, o governador Eduardo Leite chegou a propor um aumento na alíquota modal de ICMS de 17% para 19%, mas, após uma série de desgastes políticos, optou por retirar o projeto em questão da pauta da Assembleia.

CPI da Pousada Garoa faz primeira reunião e define próximos passos

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz

sofia@jcrs.com.br

A primeira reunião da CPI da Pousada Garoa ocorreu nesta segunda-feira. No encontro, foram escolhidos o vice-presidente, cargo que ficou com o vereador Rafael Fleck (MDB), e o relator do comitê, que será o vereador Marcos Felipi (Cidadania).

O presidente da comissão, vereador Pedro Ruas (PSOL) trouxe

um esboço de plano de trabalho com nomes que deverão ser chamados para depor na CPI, como o ex-secretário do Desenvolvimento Social, Léo Voigt. Contudo, ficou definido que os gestores da comissão elaborarão o planejamento de ação da CPI conjuntamente, em reunião na próxima quinta-feira (13).

No próximo encontro da comissão, Voigt será ouvido pelos parlamentares e serão solicitados o inquérito policial do caso e as imagens das câmeras de segurança da data da tragédia.

MARLON KEVIN/CMPA/DIVULGAÇÃO/JC



Reunião do colegiado também definiu vice-presidente e relator

Vereadores da Capital aprovam contratação emergencial para o HPS

A Câmara de Porto Alegre aprovou ontem por 22 votos favoráveis, 5 contrários e 6 abstenções, a contratação emergencial de seis enfermeiros e 30 técnicos de enfermagem para o Hospital de Pronto Socorro (HPS), projeto enviado pelo Executivo municipal. O contrato firmado com os profissionais da saúde terá duração de seis meses, podendo ser renovado por mais um período de mesma duração.

Para o vereador Idenir Cecchim (MDB), líder da base na Câmara, o projeto é necessário, visto

que o HPS precisa de trabalhadores e “não há como fazer um novo concurso”. Segundo o parlamentar, os concursados que ainda estão com a seleção válida serão chamados para assumirem os postos.

A líder do PT na casa, vereadora Natasha Ferreira (PT), concorda que o projeto é importante. No entanto, ela destaca que o partido defende a convocação dos selecionados pelo concurso público e, portanto, se absteve da votação. “Tem uma lista de pessoas concursadas, então faz mais sentido chamar essas pessoas e priorizá-las.”

Votação do orçamento da União de 2025 será na próxima semana

/ CONGRESSO NACIONAL

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve votar o Projeto de Lei Orçamentária de 2025 no dia 19 de março, quarta-feira da próxima semana. Segundo a assessoria do colegiado, a data é fruto de um acordo entre o presidente da CMO, deputado Júlio Ar-

coverde (PP-PI), e o relator do PLN 26/2024, senador Angelo Coronel (PSD-BA). A informação é da Agência Senado.

A leitura do relatório final de Coronel está prevista para 18 de março. O novo cronograma prevê ainda uma reunião dos líderes partidários na comissão para esta terça-feira.